

NORDESTE NO NOVO ESPECIAL
DA SÉRIE, OS AVANÇOS EM GESTÃO,
CULTURA E ENERGIA SUSTENTÁVEL

ALEMANHA O CRESCIMENTO
DA ULTRADIREITA PERCORRE
A MESMA TRILHA DOS ANOS 1930



CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORIA
CONFIANÇA

ANO XXIII Nº 972 R\$ 15,00
4 DE OUTUBRO DE 2017
000972
9 771809 463026



O PARAÍSO DOS SUPER-RICOS

APENAS SEIS CIDADÃOS CONCENTRAM A MESMA RIQUEZA
DE 100 MILHÕES DE BRASILEIROS. A MANUTENÇÃO DO
ABISMO SOCIAL IMPEDE O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

REPORTAGEM DE CAPA

O ABISMO



MO

A BRUTAL DESIGUALDADE DE RENDA CONTINUA A SER O TRAÇO DEFINIDOR DO BRASIL

por RODRIGO MARTINS

Em 2014, o Brasil parecia disposto a se reconciliar com as camadas mais vulneráveis da população. Naquele ano, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) celebrava, em seu relatório de segurança alimentar, a exclusão do País do mapa da fome. Desde a virada do século XXI, mais de 15,6 milhões de brasileiros haviam superado o drama da subalimentação, reduzida a parcela residual da sociedade. Segundo o Banco Mundial, ao menos 29 milhões de cidadãos saíram da condição de pobreza entre 2003 e 2014. Nesse mesmo período, o nível de renda dos 40% mais pobres aumentou, em média, 7,1% em termos reais, enquanto o da população geral cresceu 4,4%. A despeito do inegável avanço social, a redução das disparidades de renda e patrimônio foi tímida, quase imperceptível. A movimentação na base não gerou uma mísera fissura sequer nos pilares da casa-grande.

A brutal concentração de capitais no topo da pirâmide social permaneceu inalterada, como atesta o relatório *A Disparidade Que Nos Une – Um retrato das desigualdades brasileiras*, divulgado pela ONG Oxfam Brasil na segunda-feira 25. De acordo com o estudo, apenas 5% da população, os mais ricos, recebe mensalmente o mesmo que os demais 95%. A desigualdade patrimonial é igualmente escandalosa. Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade mais pobre da sociedade. Você não leu errado. Incluídos

na lista de bilionários da revista *Forbes*, Jorge Paulo Lemann, Joseph Safra, Marcel Telles, Carlos Alberto Sicupira, Eduardo Saverin e Ermirio Pereira de Moraes possuem, juntos, uma fortuna estimada em 88,8 bilhões de dólares (283 bilhões de reais), o equivalente à soma de todos os bens de 100 milhões de brasileiros. Não por acaso, o Brasil, dono da nona maior economia mundial, ocupa a décima colocação no *ranking* da desigualdade da ONU, empatado com a Suazilândia, a menor nação da África.

“A elevação da renda dos mais pobres não tem sido suficiente para reduzir de maneira mais drástica as desigualdades brasileiras, visto que existe ainda grande assimetria na apropriação do crescimento econômico total”, diz o relatório da Oxfam, ao destacar que a concentração de renda do 1% mais rico manteve-se estável nos últimos 15 anos, no patamar de 22% a 25%. O dado foi extraído da tese de doutorado do sociólogo Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza na Universidade de Brasília, que usou tabulações do Imposto de Renda para construir novas séries históricas sobre porcentual de rendimentos apropriados pelo extremo abastado, uma vez que as pesquisas domiciliares, como a Pnad, tendem a subestimar a renda dos mais ricos, devido à omissão ou ao esquecimento dos entrevistados.

Uma recente pesquisa feita pelo World Wealth and Income Database, instituto dirigido pelo economista francês Thomas Piketty, autor do *best seller O Capital no Século 21*, também indica a estabilidade da concentração de renda na

JOÃO MARCOS ROSA/INTRO

REPORTAGEM DE CAPA

porção favorecida da população brasileira. De 2001 a 2015, os 10% mais ricos abocanharam de 54% a 55% da renda nacional, segundo estudo assinado pelo economista Marc Morgan, que leva em conta dados da Receita Federal e das contas nacionais no cálculo, além da própria Pnad. Quando se observa o topo do topo, isto é, o 0,1% mais rico, percebe-se uma variação maior. Esse grupo controlava 11% da renda nacional em 2001, aumentou a participação para mais de 16% em 2007, e depois viu a fatia recuar para 14%, com pequenas oscilações nos anos seguintes.

Ainda não fiz os testes econométricos, mas essa flutuação parece seguir o comportamento dos juros no Brasil. Quando a taxa Selic aumenta, o 0,1% mais rico abocanha uma parcela maior da renda nacional. Quando ela diminui, a turma ganha menos”, diz Esther Dweck, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-economista-chefe do Ministério do Planejamento. “Tudo leva a crer que os super-ricos têm a renda fortemente atrelada ao rentismo.”

**5% DA POPULAÇÃO,
OS MAIS RICOS POSSUEM
A MESMA RENDA
QUE OS DEMAIS 95%**

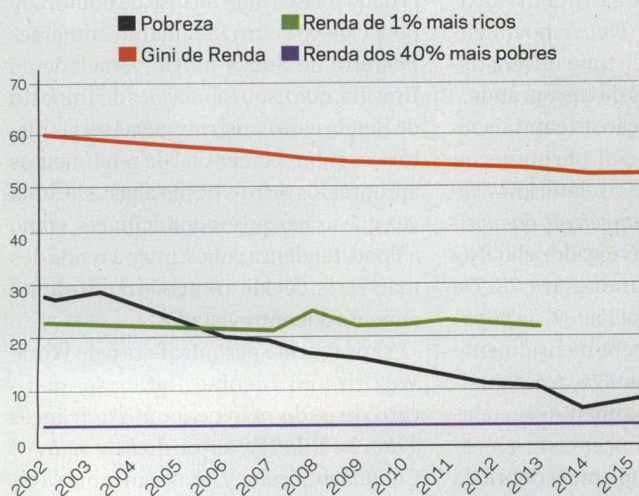
Por ser um problema de natureza complexa, a desigualdade não tem uma única causa, tampouco uma solução mágica, observa o sociólogo Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da UnB. Em grande medida, o nível educacional da atual força de trabalho foi determinado pelos investimentos em educação nas décadas de 1970, 1980 e 1990. E a distância salarial entre profissionais com ou sem ensino superior pode chegar a mais de 200%, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

“Há um conjunto muito grande de fatores com influência sobre o fenômeno. Não existe dúvida, porém, de que uma

parte muito grande da desigualdade no Brasil é causada não pela diferença entre os pobres e o resto, mas pela diferença entre os ricos e o resto”, afirma Medeiros. “Precisamos entender o que faz os ricos serem ricos. De um lado, eles têm elevada escolaridade, propriedades e acesso ao capital, o que lhes confere melhores oportunidades. Há, porém, outros fatores inaceitáveis do ponto de vista ético e moral. Os ricos, especialmente os muito ricos, beneficiam-se de um conjunto de privilégios gigantesco nas relações com o Estado.”

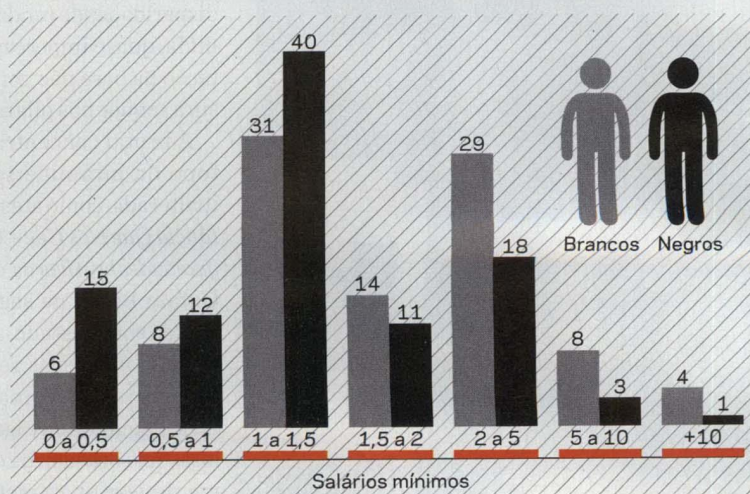
Para a Oxfam, um dos pilares da abissal desigualdade no Brasil é o regressivo sistema de tributação, “amigo dos super-ricos”. Apesar de ter uma carga tributária similar à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, algo em torno de 33% do PIB, ela é mal distribuída, de modo que os pobres e a classe média pagam mais impostos, proporcionalmente, do que os mais ricos. Quem tem renda superior a 320 salários mínimos mensais (299.840 reais) paga uma alíquota efetiva de Imposto de Renda, após todos os descontos, deduções e isenções, similar àquela de quem ganha cinco

As movimentações na base não afetaram a concentração de renda no topo da pirâmide



Fonte: Ipeadata 2014; Pnud 2017; Souza, P.H. 2016

A equiparação salarial entre negros e brancos só ocorrerá dois séculos após a abolição da escravidão (cenário atual em %)*



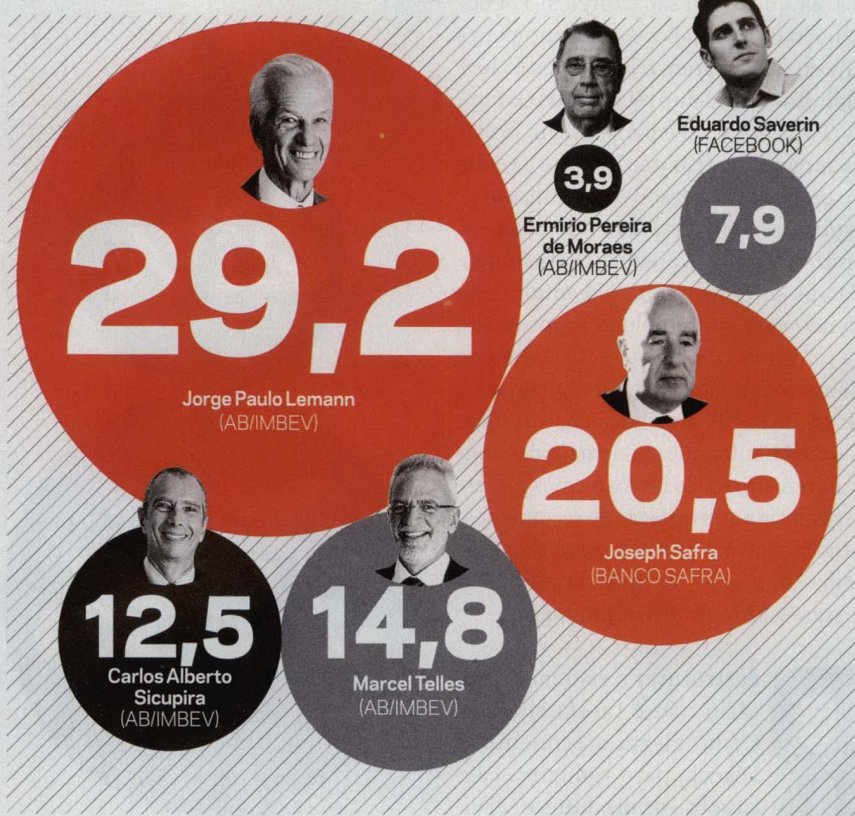
Fonte: IBGE/Pnad Contínua 4º trimestre de 2016 - * Valores arredondados

salários mínimos (4.685 reais), e quatro vezes menor em comparação com cidadãos que recebem entre 15 e 40 salários.

A inversão deve-se, sobretudo, a duas distorções. Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso extinguiu a tributação sobre lucros e dividendos. Dos 34 parceiros da OCDE, apenas o Brasil e a Estônia adotaram tal política de isenção. Dessa forma, os donos e acionistas de empresas, os mais ricos, passaram a pagar menos impostos. Além disso, o País tem atualmente apenas quatro alíquotas de Imposto de Renda, sendo a mais alta de 27,5%. Nos países desenvolvidos, há maior número de alíquotas, a taxa é progressivamente maior para os mais ricos, e a cobrança máxima é quase sempre superior a 40%.

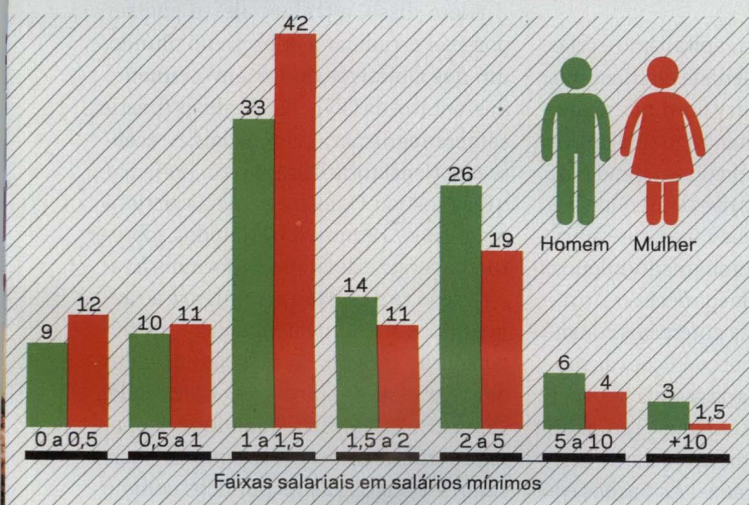
A injustiça tributária também se revela no peso dos impostos indiretos. Pouco mais da metade (53%) da arrecadação total advém de tributos que incidem sobre produtos e serviços, entre eles alimentação, vestuário e transporte. Como os desprovidos tendem a gastar a maior parte da renda com consumo,

Os brasileiros mais ricos
Em US\$ bilhões



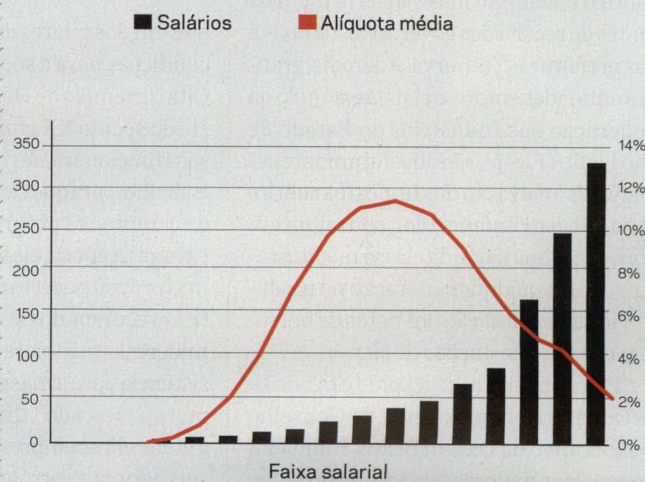
Fonte: Forbes

As mulheres devem obter rendimentos semelhantes aos dos homens somente em 2047, (cenário atual em %)*



Fonte: IBGE/Pnad Contínua 4º trimestre de 2016 - *Valores arredondados

A alíquota de IR efetiva aplicada aos super-ricos é similar à de quem ganha cinco salários mínimos



Fonte: SRF/Grandes números das DIRPF 2015

REPORTAGEM DE CAPA

eles são sobretaxados. “Os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em tributos (28% dos quais são indiretos). Por outro lado, os 10% mais ricos gastam apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% indiretos”, assinala o relatório da Oxfam.

“Para mudar o cenário, seria preciso aumentar a tributação sobre a renda e o patrimônio e desonerar o consumo”, explica o economista Eduardo Fagnani, professor da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**. “No entanto, isso não está contemplado na proposta de reforma tributária em discussão na Câmara. O relator do texto, Luiz Carlos Hauly, do PSDB, propõe apenas a unificação dos tributos que incidem sobre o consumo em um único imposto, mas não está garantida a vinculação de receitas dessa nova contribuição para as áreas sociais, como está previsto em uma série de tributos que serão extintos na mudança.”

Reestruturar o sistema tributário não é tarefa simples. Como alerta a economista Dweck, para reduzir a carga sobre os produtos e serviços, seria preciso rediscutir o Pacto Federativo e a distribuição dos recursos entre União, estados e municípios. “O ICMS e o ISS são os tributos mais regressivos do País, exatamente por incidir sobre o consumo, mas são as principais fontes de receita dos governos estaduais e das prefeituras”, observa. Ademais, grandes entidades empresariais, a exemplo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), são absolutamente refratárias à elevação dos impostos sobre a renda e o patrimônio. Pior, conseguiram convencer boa parte da classe média a reagir contra qualquer alteração no modelo, vide a proliferação dos patos de borracha nas manifestações de rua.

“É uma postura anticapitalista”, critica Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil. Fundador de uma das maiores fábricas de brinquedo do País, a Grow, o empresário lembra

Peso dos tributos sobre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres (2015)



Fonte: Inesc 2015

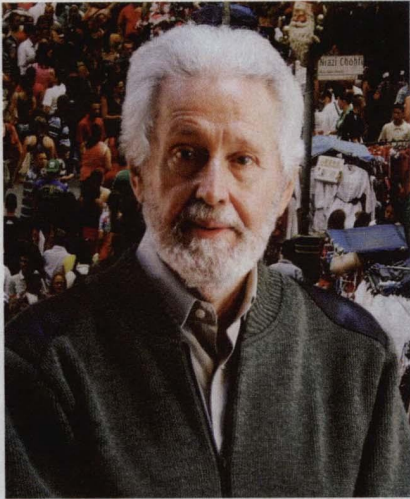
que um dos pilares do capitalismo é criar condições para a sociedade de consumo. Cita o exemplo de Henry Ford, que no início do século XX aumentou o salário dos seus funcionários e reduziu as jornadas de trabalho, para que eles tivessem condições de comprar os próprios carros que fabricavam. “À época, ele foi chamado de louco, mas provou o acerto de sua decisão. Ao retirar recursos dos seus potenciais consumidores, ao não oferecer condições de subsistência para a massa da população, você mata o mercado”, diz Grajew. “Temos algumas elites empresariais bastante conservadoras e retrógradas. As nações escandinavas, que têm uma carga tributária

superior à brasileira, são consideradas de excelência em competitividade pelo próprio Fórum Econômico Mundial. Alguma coisa deveríamos aprender com eles.”

Até mesmo o Fundo Monetário Internacional, que contribuiu para difundir o neoliberalismo nos países em desenvolvimento, tem dedicado maior atenção ao tema. Em estudo publicado pela entidade em 2015, cinco economistas do Departamento de Política Estratégica e Revisão do FMI afirmam que a desigualdade social tem impacto negativo na economia mundial, desmitificando o conceito do *trickledown*, segundo o qual o enriquecimento das camadas mais ricas tende a ser distribuído, de forma gradual, para todos os setores da sociedade.

“Se a fatia de riqueza dos 20% mais ricos crescer 1%, o PIB global é, na verdade, mais baixo”, explica Era Dabla-Norris, uma das autoras do estudo. “Por outro lado, um crescimento similar na parcela de renda dos 20% mais pobres está associado a cerca de 0,4% de crescimento nos próximos quatro anos.” Em recente entrevista, Tao Zhang, vice-diretor-gerente do FMI, também destacou que a redução da classe média em economias avançadas, como os Estados Unidos, está prejudicando o crescimento global. Segundo ele, o fenômeno implicou redução do consumo em cerca de 3,5% nos últimos 15 anos.

Além disso, a Oxfam alerta não ser possível erradicar a pobreza no mundo, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, sem reduzir drasticamente as disparidades sociais. A recente experiência brasileira parece confirmar o diagnóstico. Os avanços sociais obtidos nos últimos 15 anos são atribuídos, sobretudo, à geração de empregos formais, à valorização real do salário mínimo e ao aumento dos investimentos públicos em saúde, educação e assistência social, incluídos os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Quando a crise bateu à porta, um funesto consenso do “mercado” elegeu os gastos públicos como o principal vilão, e o governo enveredou pelo



"Algumas elites empresariais são bastante conservadoras e retrógradas", diz Oded Grajew

perigoso caminho da austeridade fiscal.

O movimento, iniciado por Dilma Rousseff e drasticamente aprofundado por Michel Temer, contribuiu para a retração da demanda. Após ver o PIB despencar 7,2% em dois anos, o Brasil iniciou 2017 com um estoque de 14 milhões de desempregados. A crise, alerta o Banco Mundial, pode gerar até 3,6 milhões de novos pobres até o fim do ano. A entidade recomendou o fortalecimento da rede de proteção social e um orçamento maior para o Bolsa Família, mas o conselho foi ignorado. Seguindo o receituário neoliberal proposto pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o Congresso já havia aprovado, em dezembro de 2016, uma emenda constitucional que congela os gastos públicos, incluídos os investimentos sociais, por 20 anos.

Em vez de ampliar o colchão social, a equipe de Temer esmerrou-se em encurtá-lo. Pela primeira vez em 15 anos, o salário mínimo não teve aumento real. O reajuste concedido nem sequer repôs integralmente a inflação do ano anterior. Alegando falta de dinheiro, o governo também suspendeu o reajuste do Bolsa Família previsto para julho. Naquele mês, foram pagos 12,7 milhões de benefícios, 1,2 milhão a menos



"Não há desculpa para não enfrentar a pobreza e a desigualdade", emenda Katia Maia, da Oxfam

do que em maio de 2016, quando Dilma foi derrubada pelo golpe. A diferença deve-se, sobretudo, a suspensões temporárias impostas pelo governo, que tem intensificado as convocações para os usuários comprovarem a própria renda. Em setembro, o Ministério do Desenvolvimento Social liberou pagamentos para 13,4 milhões de famílias. Ainda assim, são quase 500 mil benefícios a menos.

O argumento da falta de recursos poderia colar se vivêssemos na pobre Suazilândia, e não a nona maior economia do mundo, convertida em paraíso fiscal para os ricos e super-ricos. "Não bastassem as injustiças na arrecadação tributária, o governo abriu mão de 271 bilhões de reais em 2016 com as renúncias fiscais e não cobra adequadamente os sonegadores,

cujas perdas são estimadas em mais de 275 bilhões por ano", afirma Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil. "Existem formas de enfrentar a crise sem punir quem está em situação de vulnerabilidade social. Não há desculpa para não se adotarem medidas que enfrentem a pobreza e a desigualdade. Precisamos dar continuidade ao trabalho iniciado, caso contrário corremos o risco de perder as conquistas obtidas nos últimos anos."

Ex-ministra do Desenvolvimento Social, a economista Tereza Campello acrescenta que não é conveniente discutir desigualdade apenas pelo recorte de renda. "A renda dos mais pobres aumentou, mas a dos mais ricos também cresceu, razão pela qual não houve diminuição da desigualdade tão significativa, quando se leva em conta esse aspecto", afirma. "Chamo atenção para esse ponto, porque a tímida redução da desigualdade de renda pode levar a uma interpretação falaciosa, de que os investimentos feitos para a parcela mais pobre da população não serviram para nada. Não é verdade. O Brasil erradicou a fome, praticamente universalizou a oferta de energia elétrica e água potável, além de ampliar o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Evidentemente, não se resolvem 500 anos de exclusão em pouco mais de uma década."

De fato, certas mazelas demonstram uma incrível persistência. Atualmente, as mulheres ainda recebem 62% do que os homens ganham. Da mesma forma, os negros recebem meros 57% na comparação com os brancos. A diferença é injustificável sob qualquer prisma, mas já foi bem pior. Em 1995, o salário delas correspondia a 40% do rendimento dos homens, e o dos negros representava perto de 45% do ganho dos brancos. Seja como for, mantida a tendência dos últimos 20 anos, a Oxfam estima que a equiparação entre homens e mulheres só ocorreria em 2047. Os negros, por sua vez, teriam de esperar até 2089, dois séculos e um ano depois da abolição da escravatura. •

**O SISTEMA TRIBUTÁRIO
É UM DOS PILARES
DA CONCENTRAÇÃO
DE RENDA, MAS NINGUÉM
OUSAR MODIFICÁ-LO**